

Síntese das Principais Alterações Introduzidas na Prestação de Contas de Gestão Estadual 2020 em relação à Prestação de Contas de Gestão Estadual 2019

Neste documento estão relacionadas as principais alterações introduzidas pela Resolução TC nº 109, de 09 de dezembro de 2020, que estabelece normas relativas à apresentação das prestações de contas anuais pelos titulares da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, do Ministério Público do Estado de Pernambuco e do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e pelos gestores dos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta estadual e demais unidades jurisdicionadas estaduais, em relação à Resolução TC nº 65, de 04 de dezembro de 2019, que tratava do mesmo tema para o exercício de 2019.

1. ALTERAÇÕES NA RELAÇÃO DE UNIDADES JURISDICIONADAS DO ANEXO I

- 1.1. Inclusão de unidade jurisdicionada estadual criada em 2019/2020:
 - Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.
 Tipo de envio: Agregada à unidade jurisdicionada "Secretaria de Defesa Social de Pernambuco".
- 1.2. Exclusão das unidades jurisdicionadas estaduais:
 - Companhia de Trens Metropolitanos de Pernambuco;
 - Programa de Modernização da Gestão e do Planejamento do Estado de Pernambuco;
 - Secretaria de Habitação de Pernambuco.

2. ALTERAÇÕES NA RELAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS

2.1. Exclusão de documento nos Anexos II, III, IV e VIII

Nos Anexos II, III, IV e VIII:

• Demonstrativo de adimplência anual com o Sistema SAGRES, módulo Pessoal.



No Anexo IV:

Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) Resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XIX desta Resolução. b) Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.

2.2. Inclusão de documento nos Anexos II, III, IV e VIII:

 Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decorrente do novo Coronavírus (2019-nCoV), incluídos os contratos de gestão, vigentes no exercício (Lei Estadual nº 425/2020), conforme modelo estabelecido no Anexo XXVII desta Resolução.

3. ALTERAÇÕES NA RELAÇÃO DE ANEXOS DA RESOLUÇÃO

3.1. Inclusão do Anexo XXVII:

• Mapa demonstrativo consolidado de contratos relacionados ao enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN).